

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE – DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL
GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA**1. Objeto**

- 1.1. Contratação de **16 vagas** para participação no curso “*PLANEJAMENTO DE TIC, PETIC E PDTIC NA PRÁTICA*”, que será realizado com transmissão ao vivo, via internet, nos dias **30 de setembro a 03 de outubro de 2024**, com a carga horária de **16 horas**, pela empresa BRASIL SOLUÇÕES EM CAPACITAÇÃO LTDA.

2. Objetivo

- 2.1. O objetivo da APPA é formar gestores públicos nos assuntos referentes ao Planejamento e Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, com segurança administrativa e jurídica para a tomada de decisões que gerem eficiência, eficácia e conformidade nas contratações públicas, apresentar os conceitos legais e os aspectos práticos, visando subsidiar a melhor solução nas aquisições de bens e serviços, assegurando maior segurança na realização dos atos administrativos e processuais.

3. Público alvo

N.	Colaborador	Setor	Matrícula
1	Cláudio Augusto dos Santos	GTEC	C 9905
2	Ricardo Quinholi Moscardi	GTEC	P 2207
3	William Koch	GTEC	P 2159
4	Bruna Pereira Nicolau	GPLANES	C 9873
5	Eduardo Domanski dos Santos	UASP	P 2087
6	Fabricio Monfort Barboza	SUPGOV	P 2058
7	Felipe Zacharias	DMA	C 9847

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE – DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL
GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

8	Rafael Salles Cabreira	DMA	C 9805
9	Lucas Gomes Gonçalves	DEM	P 2080
10	Matheus Luis Arnoni Mendes	DEM	C 9880
11	Luciano da Cruz Rosina	DDE	C 9800
12	Marco Antônio Fernandes dos Reis	DDE	P 2170
13	Yasmin Carlim Antunes	DJU	C 9740
14	Aline Rylander	GTEC	P 2203
15	Matheus Ricardo Massuki	CAUDI	P 2173
16	Tamara Martins Lemos	CAUDI	P 2188

4. Justificativa

- 4.1. Atualmente foi designado pela Portaria 052/2024-APPA o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação (CGTI), para atender a necessidade de instituir um sistema de Governança de Tecnologia da Informação e Segurança de Dados para atuar frente às demandas de mercado, normativas, desempenho de negócio, segurança da informação e alinhamento estratégico com a alta direção (Plano Estratégico da APPA).
- 4.2. Diante disso, justifica-se a contratação do curso "Planejamento de TIC, PETIC e PDTIC" para capacitar os colaboradores/membros do Comitê designado pela Portaria 052/2024-APPA e demais colaboradores envolvidos na Governança de TI da APPA, para auxiliar na elaboração dos documentos referentes ao tema (Planejamento Estratégico de TI e Plano Diretor de TI, dentre outros).
- 4.3. A área de TIC está em constante evolução, com novas tecnologias, práticas e regulamentações surgindo regularmente. Este curso oferecerá uma oportunidade valiosa para atualizar o conhecimento de nossa equipe em relação às práticas mais recentes na área de TIC e na elaboração prática dos documentos de governança de TI que visam:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE – DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL
GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 4.3.1. Melhoria na gestão e planejamento de TIC;
 - 4.3.2. Melhoria dos processos;
 - 4.3.3. Aperfeiçoamento das competências dos colaboradores;
 - 4.3.4. Compliance e conformidade;
 - 4.3.5. Aumento da eficiência e redução de custos;
 - 4.3.6. Melhoria na gestão de projetos;
 - 4.3.7. Fomento à inovação;
 - 4.3.8. Facilitação da transformação digital e etc.;
- 4.4. Investir na qualificação profissional de nossa equipe demonstra nosso compromisso com a excelência e a conformidade em todas as áreas de atuação. Além disso, demonstra nosso reconhecimento da importância estratégica da área de TIC alinhada ao Plano Estratégico da organização para o sucesso de nossas operações e iniciativas.
- 4.5. Ao investir na qualificação dos profissionais envolvidos na Governança de TI, a Administração Pública demonstra seu compromisso com a eficiência, transparência e probidade na gestão dos recursos públicos, fortalecendo os princípios da legalidade e da economicidade. Ademais, a capacitação contínua dos servidores contribui para a modernização e profissionalização dos processos administrativos, promovendo uma cultura organizacional voltada para a excelência e a inovação.
- 4.6. Portanto, a contratação de um curso especializado em Planejamento de TIC, é um investimento estratégico e necessário para o aprimoramento dos processos e contratações de TI, visando o alcance de resultados mais eficazes e a prestação de serviços de qualidade.
- 4.7. Pelas razões expostas, e pela celeridade do processo de contratação de treinamento, entendemos que a Administração pode contratar o curso em tela por inexigibilidade de licitação.
- 4.8. Descrição do Objeto**
- 4.8.1. Curso “Planejamento de TIC, PETIC e PDTIC na prática”;
 - 4.8.2. Aplicador: BRASIL SOLUÇÕES E CAPACITAÇÃO LTDA, CNPJ: 40.587.850/0001-52;
 - 4.8.3. Data: 30 de setembro a 03 de outubro de 2024;

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE – DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL
GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

4.8.4. Local: transmitido pela internet;

4.8.5. Carga horária: 16 (dezesseis) horas.

4.9. **Programação:** conforme folder em anexo.

4.10. Os participantes deverão comprovar no mínimo 75% de presença e apresentar certificado em até 5 (cinco) dias após o término do Seminário no setor responsável da APPA.

4.11. A não comprovação conforme item 4.10, acarretará em ressarcimento, por parte do colaborador, dos custos dispendidos pela APPA.

5. Obrigações da Contratada

- 5.1. Ministras os cursos de acordo com as condições estipuladas neste Termo de Referência, em comum acordo entre as partes e de acordo com o conteúdo constante em folder promocional e proposta comercial.
- 5.2. Fornecer os certificados para todos os participantes;
- 5.3. Prover os serviços ora contratados com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, bem como, o cumprimento de todo conteúdo programático.
- 5.4. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, suas atribuições.
- 5.5. Guardar sigilo em relação às informações adquiridas em decorrência das atividades.

6. Obrigações da Contratante

- 6.1. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA na forma, valores e prazos ora ajustados.
- 6.2. Fornecer à CONTRATADA as informações e os elementos solicitados e que sejam necessários à consecução dos serviços ora contratados, responsabilizando-se pela sua tempestividade, autenticidade e correção.
- 6.3. Expedir e entregar à CONTRATADA, sempre que requerido e no prazo máximo de 5 (cinco) dias, Atestado de Capacidade técnica que declare a prestação a contento dos serviços, suas características, prazo e outros elementos solicitados.
- 6.4. Informar os **16** colaboradores que realizarão o curso contratado através de solicitação por escrito encaminhada à CONTRATADA, com os dados dos colaboradores (nome, endereço, e-mail, RG e CPF).

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE – DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL
GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

7. Preço

7.1. Conforme proposta anexa, o valor é de R\$ 2.190,00 por inscrição. O total para os **16** participantes é de **R\$ 26.280,00**, pois houve um desconto de R\$ 8.760,00 por parte da CONTRATADA.

8. Sustentabilidade

- 8.1. A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, conforme previsto na Instrução Normativa nº 01 de 19/01/2010/SLTI/MPOG
- 8.2. Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental.
- 8.3. A CONTRATADA deverá assumir as responsabilidades e tomar medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra qualquer passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades.

9. Forma de Pagamento

9.1. O pagamento das inscrições deverá ser efetuado em nome de BRASIL SOLUÇÕES EM CAPACITAÇÃO LTDA, CNPJ: 40.587.850/0001-52, conforme OS 054/2020 da APPA.

10. Parcelamento

10.1. O fracionamento em lotes do objeto deste termo de referência não é possível em razão das peculiaridades do objeto.

11. Justificativa da escolha do fornecedor

11.1. O Regulamento de Licitações e Contratos da APPA, quanto à inexigibilidade de licitação, traz o seguinte:

“Art. 77 A contratação direta, por inexigibilidade, será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial nas hipóteses de:

(...)

II - Contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE – DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL
GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

§1º Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.”

11.2. Enfatiza-se também a notória especialização da BRASIL SOLUÇÕES EM CAPACITAÇÃO que atua na realização de eventos, treinamentos e soluções na área da administração pública. É reconhecida no mercado como um dos principais parceiros da Administração Pública, pois produz conhecimento de alta qualidade e entrega soluções concretas e eficientes para o dia a dia dos agentes. Uma empresa que trabalha com conteúdo programático atualizado e de qualidade, elaborado e ministrado por gabaritada equipe de professores de competência comprovada pela formação acadêmica e experiência profissional.

11.3. Como se observa na proposta apresentada pela empresa, o(s) palestrante(s) do evento apresenta(m) currículo notório, disponível em:

<https://brasilcapacitacao.com.br> com coordenação técnica de profissionais de renome no mercado, como se verifica adiante:

Palestrante/professor: Walter Luis Araújo da Cunha Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). MBA em Gestão de projetos (FGV). Engenheiro Eletrônico pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (AFFC-CGU). Professor e Palestrante sobre Governança Pública, Teletrabalho, Gestão de Segurança da Informação e de Contratações de TIC.

11.4. Em relação à notória especialização, a BRASIL SOLUÇÕES EM CAPACITAÇÃO, obtém reconhecimento pelo mercado da qualidade e confiança das informações e soluções produzidas pela mesma legítima a sua notória especialização.

11.5. Por isso, entende-se que o meio adequado de contratação do evento aqui tratado é a inexigibilidade de licitação, especificamente com base no art. 77 do RILC da APPA;

12. Subcontratação

12.1. O objeto deste Termo de Referência não admite a subcontratação do objeto em função de suas peculiaridades.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DDE – DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL
GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

13. Alteração Subjetiva

- 13.1. Será admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:
- 13.2. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação;
- 13.3. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- 13.4. Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado;
- 13.5. Haja anuência expressa da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA a sua continuidade.
- 13.6. A alteração subjetiva a que se refere este item deverá ser feita por termo aditivo ao contrato.

14. Controle de Execução

- 14.1. A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA irá designar grupo de fiscais, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização do Contrato, nos aspectos legais e técnicos, objetivando o não prejuízo à APPA e seus colaboradores, em todos os aspectos pertinentes ao objeto deste Termo de Referência. Vale ressaltar que duas inscrições foram cortesia da CONTRATADA. Na hipótese de dispensa de redução à termo escrito de Contrato, os participantes do curso colocam-se como responsáveis pelos atos da contratação que lhes couber.

15. Sanções Administrativas

- 15.1. O licitante e a CONTRATADA que incorram em infrações sujeitam-se às sanções previstas na Lei nº 13.303/16 e no Regulamento de Licitações e Contratos da APPA.

16. Matriz de Risco

- 16.1. Está dispensada a elaboração de matriz de risco, devido as peculiaridades do **objeto**.